

ENTRE DUAS METRÓPOLES: notas preliminares de uma experiência e um convite.

Márcio Rufino Silva*

Resumo: A experiência advinda de uma determinada história de vida revela a potência da própria dimensão cotidiana desse vivido, como possível ponto de partida para a busca de novas formas de compreensão do mundo em que vivemos. Partindo desse pressuposto, neste artigo é traçado um breve relato da trajetória acadêmica e profissional do autor, relacionando-a à sua condição presente de constante trânsito entre a metrópole paulistana e a carioca. Paralelamente, constitui-se como um convite a outras leituras e possibilidades a respeito do fenômeno urbano e seus desdobramentos.

Palavras-chave: vida cotidiana; urbano; economia política do espaço.

BETWEEN TWO METROPOLISES: PRELIMINARY NOTES FROM AN EXPERIENCE AND AN INVITATION

Abstract: The acquired experience of a particular life story reveals the power of one's everyday dimension, as a possible starting point for the search for new ways of understanding the world we live in. Based on this assumption, we draw in this paper a brief account of author's academic and professional career, relating it to his present condition of constant travelling between the cities of São Paulo and Rio de Janeiro. At the same time, this constitutes an invitation to certain readings and other possibilities about the urban phenomenon and its consequences.

Keywords: everyday life; urban; political economy of space.

ENTRE DEUX MÉTROPOLIS: NOTES PRÉLIMINAIRES À PROPOS D'UNE EXPÉRIENCE – ET UNE INVITATION

Résumé: L'expérience issue d'une certaine histoire de vie révèle la puissance contenue dans la dimension quotidienne du monde vécu, en tant qu'un possible point de départ vers la recherche des nouvelles formes de compréhension du monde où l'on vit. A partir de ce présumé, on ébauche un bref récit de notre trajectoire académique et professionnelle, en la rapportant à notre situation actuel d'un constant va-et-vient entre la métropole de São Paulo et la métropole de Rio de Janeiro. Au même temps, cet article veut être une invitation à d'autres lectures et possibilités autour du phénomène urbain et ses effets.

* Professor Adjunto, Departamento de Geociências - UFRRJ. E-mail: marciorufis@gmail.com

Mots-Clés: vie quotidienne; urbain; économie politique de l'espace

Poderíamos, antes de tudo, partir da escassez: seja de considerações a respeito da escassez em geral, seja dos debates a respeito da penúria ou da miséria. Em outras palavras, seguindo a verve marxista (advinda do pensamento de Karl Marx) ou da lefebvriana (a partir da obra de Henri Lefebvre), é possível trilharmos um caminho entre as misérias da vida cotidiana e a sua própria administração, gestão ou mesmo reprodução, em termos mais precisos. Ou seja, o caminho proposto aqui (e também de pronto admitido) é o da constatação acerca da *centralidade* da *economia política* em nosso mundo contemporâneo. No entanto, essa constatação não se esgotará nela mesma: ela partirá, de pronto, rumo a uma *crítica*. Trata-se, portanto, da busca de uma *crítica da economia política*, em uma primeira aproximação, conforme legado marxiano. E, em uma segunda (e definitiva?) aproximação, de uma *crítica da economia política do espaço*.¹

Nesse sentido, um debate mais acurado a respeito da escassez tem, certamente, muito a contribuir. Em termos de uma *implicação*, ou seja, de uma admitida não-cisão entre o “sujeito” e o “objeto” deste discurso, neste texto, permito-me narrar um pouco de minha trajetória. Porém, já adianto que essa trajetória também não se esgota nela mesma ou tampouco servirá como uma narrativa tornada autônoma, prontamente posta como um discurso intercambiável nas reiteradas cadeias de equivalência do mundo da mercadoria. É uma narrativa que serve como ponto de partida e, provavelmente, como ponto de chegada: a vida cotidiana em ato, em seus dramas, suas durezas e suas belezas. E não somente uma vida individualizada ou particularizada em seus fundamentos subjetivos e objetivos: ela revela, de certo modo, o mundo inteiro, espaço-tempo, simultaneidade. Significa, assim, o vivido em ato.

¹ “A economia é política nesse sentido: ela permite aos homens de Estado repartir as penúrias, de modo que essa distribuição se realize sob as máscaras da justiça, da igualdade, da liberdade e até da fraternidade. Assim, os economistas, voluntariamente ou não, conscientemente ou não, completam os efeitos espontâneos e cegos da lei do valor: a repartição (no espaço) das forças produtivas ainda limitadas na sociedade (burguesa, capitalista). A gestão tende ao crescimento, mas sob o controle da burguesia, dissimulando os lados negativos da situação, fazendo-os aparecer como positivos e construtivos.” LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**, 2008, p. 121.

Venho, pois, da maior metrópole do Hemisfério Sul: São Paulo, ao mesmo tempo cidade, município, região metropolitana, “macrometrópole”, e que ainda empresta seu nome a uma unidade da federação (o Estado de São Paulo). No campo da vida “profissional”, venho de uma considerável experiência na assim chamada “Educação Básica”, trabalhando, nos últimos anos, a ensinar Geografia a alunos de Ensino Médio de uma Escola Técnica Profissionalizante. No campo da vida “acadêmica”, venho de uma universidade que, a despeito da perda relativa de sua centralidade na produção acadêmica no Brasil nos últimos tempos, ainda tem uma considerável importância, tanto em escala nacional como internacional: a Universidade de São Paulo (USP). A partir desse lugar, fiz graduação, mestrado e doutorado. E, para completar, encerrei esses níveis de ensino pesquisando, estudando e escrevendo justamente sobre... São Paulo! Ou seja: vivia, até poucos meses atrás, uma razoavelmente “confortável” condição do *centro*, materializada na centralidade representada por São Paulo.² Essa condição poderia se traduzir no seguinte questionamento: se estou em um centro e, de certo modo, “sou” esse centro, a que serviria ou de que valeria uma aventura em outros “territórios” ou “territorialidades”, para usar termos de uma geografia algo estranha para uma formação “uspiana”, paulistana?

O *centro* pressupõe a *periferia*, nos ensina uma lógica formal, a mais básica e elementar. Considero que, desde sempre, esse movimento e essa relação me

² A esse respeito, cabe registrar um debate sobre a generalidade representada por São Paulo, enquanto *objeto*, seja no campo dos estudos acadêmicos, seja nas representações político-ideológicas em geral. Afinal de contas, quando mencionamos “São Paulo”, estamos tratando do estado, do município, da região metropolitana...? Quanto a isso, podemos citar um interessante trabalho da historiadora Raquel Glezer, ao tratar do fenômeno do *bandeirantismo* e suas interpretações no campo da historiografia. “São Paulo é a cidade e o estado – divisões espaciais, políticas, administrativas, demográficas, econômicas – e simultaneamente é um objeto abstrato, sem espacialidade definida, com historicidade difusa, com forte atuação no imaginário local e nacional, recobrando, ocultando e deformando a percepção histórica e historiográfica. [...] O passado descrito e narrado como brilhante e glorioso foi e tem sido utilizado como ponto de apoio para atitudes, relacionamentos e atividades políticas com outros Estados e com o Governo Federal. Na atuação política contemporânea, como já o fora anteriormente, passado e presente se entrelaçam, e cidade e Estado, tratados como homogêneos, formam um todo, uma unidade. [...] Como o campo da inovação, sempre pensada em termos econômicos e tecnológicos, nele tudo deve ser o mais atualizado, o mais contemporâneo, o mais atual, passo a passo com o mundo exterior. O objeto é cosmopolita por definição, internacionalista por opção: a acusação de provincianismo é mortal. Tudo o que existe no mundo pode e deve existir em São Paulo. Os museus de arte possuem acervos internacionais importantes e significativos.” GLEZER, Raquel. **Chão de terra e outros escritos sobre São Paulo**, 2007, pp. 137-150.

inquietação, de algum modo. Por essa razão, desde cedo alimentava grande interesse em compreender tanto as centralidades às quais tinha acesso (o centro de São Paulo, o centro de Pinheiros – um bairro paulistano -, o centro de Cotia – município onde vivi infância, adolescência e parte da juventude) quanto as suas periferias (os bairros afastados, as áreas “rurais”, os subúrbios etc.). Em certo momento da vida, tomado por certo sentimento empírico, conjugado a uma necessidade de traduzir essa empiria em linguagem discursiva, vislumbrei que a busca da gênese dos lugares poderia ser uma chave importante para essa espécie de “conhecimento” do espaço. Assim sendo, uma curiosidade de adolescente, perscrutar a *história* de determinados lugares (como se formou tal cidade, quais foram as primeiras famílias a chegarem, como era o aspecto desse ou daquele bairro há cinquenta anos etc.) passou a ser um procedimento de análise durante a minha graduação e parte considerável da pós-graduação.

Por essa razão, em minha dissertação de mestrado pesquisei a “gênese” de um bairro (ou um fragmento, conforme recomenda certa literatura) do extremo leste do município de São Paulo, chamado “Cidade Tiradentes”. O texto final, intitulado “Mares de prédios e mares de gente” (2008), se apegava à consideração de que o urbano, virtualmente presente nas terras da antiga Fazenda Santa Etelvina, se realizaria efetivamente a partir de associações às vezes muito escusas entre os poderes públicos e a chamada iniciativa privada. Em suma: a partir de uma provável formação e consolidação da megalópole Rio-São Paulo, tornada virtualidade e projeto nos anos de Ditadura Militar, os terrenos mais baratos (menos “valorizados”) da Zona Leste paulistana serviram de ancoradouro para a efetivação dos programas habitacionais daqueles tempos. Nos dizeres informais de alguns colegas: segregação urbana produzida pelo Estado. Nos dizeres de minha dissertação: o crítico (ou a urbanização crítica) atrelado ao próprio processo de esgarçamento do “tecido urbano” naquela região. Em pouco mais de dez anos, uma localidade de olarias, de sítios e chácaras de produção agrícola e de veraneio das classes médias paulistanas tornava-se um celeiro de prédios e casas (conjuntos habitacionais, em suma) produzidos em uma escala monstruosamente industrial, ao gosto da mais terrível monofuncionalidade: a

“máquina de morar”. No entanto, no momento em que escrevia aquela dissertação, observava (e era nítido, sobretudo aos olhos dos próprios moradores) algumas importantes transformações naquela “pobre” e “distante” Cidade Tiradentes: melhorias em relação aos serviços públicos (fruto de pressões de movimentos de bairro e suas complexas associações com os poderes públicos), uma relativa “pacificação” do lugar (pelas mesmas razões, envolvendo poderes públicos e fatias do crime organizado) e, finalmente, uma certa elevação do padrão de renda da população que ali vivia. Essa “elevação” do padrão de vida se combinava com o aumento dos preços dos imóveis (o que, na verdade, aconteceu na cidade inteira e no país inteiro, sobretudo a partir de 2008), conjugada a uma insistente favelização, sobretudo nas localidades mais distantes da Cidade Tiradentes, até mesmo fora do município de São Paulo, no vizinho Ferraz de Vasconcelos. Outra virtualidade: o então projeto do Rodoanel paulistano, em seu trecho leste, que passaria a poucos quilômetros daquela “distante” região da Cidade Tiradentes,³ redefiniria a sua condição presente de fronteira urbana e a colocaria, provavelmente, em uma condição de centralidade. Essas eram algumas virtualidades naquele momento.

Esse debate a propósito das fronteiras e das territorialidades continuaram chamando minha atenção, e serviram de inspiração para a pesquisa de doutorado. Desta vez, porém, o “vetor” de análise se deslocaria para a Zona Oeste da metrópole paulistana,

³ O trecho leste do Rodoanel Mário Covas (SP-021) foi parcialmente aberto ao tráfego no início de julho de 2014, na mesma semana em que se abria ao tráfego (também parcialmente) o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro (BR-493/BR-116). Destaque-se que ambas intervenções, de grande impacto econômico, político e social, alimentaram pretensões claramente político-eleitorais em sua inauguração, ocorrida às vésperas do prazo máximo permitido para os então candidatos à reeleição (no caso, *Geraldo Alckmin*, em São Paulo e *Dilma Rousseff* e *Luiz Fernando Pezão*, no Rio de Janeiro) promoverem ou participarem de tais solenidades. Sobre o Rodoanel Mário Covas, destaque-se o importante trabalho da Profa. Dra. Amélia Luísa Damiani, em sua tese de livre-docência. Certamente, um trabalho obrigatório, tanto para geógrafos estudiosos de São Paulo quanto para estudiosos da Geografia em geral. Destaque-se o trecho a seguir. “Sintetizando: podemos nos perguntar se a diferenciação e a dialética entre centro e periferia, melhor ainda, o movimento entre centros e periferias, com a constituição simultânea de ambos, o tempo todo, como possibilidade, seria uma noção desejável nessa situação. A noção de situação geográfica, compreendendo sempre um processo, um movimento, daria respaldo à categoria centro-periferia, superando a concepção dual [...] Dessa forma, a constituição de novas centralidades não se anteporia ao movimento centro-periferia; mas indicaria os termos de seu dinamismo e sua direção. No caso de São Paulo, as estratégias imobiliárias renovadas sugerem a direção sudoeste, preferencialmente. Estratégias que se expandem, também, por outros eixos de valorização, o que nos leva ao Rodoanel, como a fronteira desenhada dos novos negócios potenciais da urbanização.” DAMIANI, Amélia Luísa. **Espaço e geografia...**, 2008, p. 245.

cuja tese versou sobre a *Operação Urbana Consorciada Vila Sônia* (OUCVS), um conjunto de intervenções abrangendo partes consideráveis do território sob jurisdição da Subprefeitura do Butantã (SILVA, 2013). Note-se que o campus principal da USP localiza-se justamente nessa região. E, mais uma vez, certas infraestruturas de transporte justificavam as intervenções e constituíam o álibi para o aumento dos preços dos imóveis: o principal “indutor” para essa Operação Urbana seria a inauguração da Linha 4 do metrô paulistano, denotando, pela primeira vez, a extensão da rede metroviária para a Zona Oeste “além” rio Pinheiros. E, ao contrário da empobrecida e “distante” Cidade Tiradentes, o Butantã concentrava considerável quantidade de moradias de classes médias e altas, além de institucionalidades públicas (como a USP, por exemplo) e privadas (como o Jockey Clube). Ao mesmo tempo, porém, concentrava grande quantidade de moradias precárias (favelas, sobretudo) e populações empobrecidas. Por certo, uma heterogeneidade sócio-espacial muito maior do que a encontrada na Cidade Tiradentes.

Para desvendar as complexas tramas envolvidas na composição e repercussão da OUCVS, senti necessidade de recorrer, mais uma vez, a um debate sobre a gênese do lugar. Porém, a pesquisa sobre essa gênese veio acompanhada da descoberta de um rico acervo documental, disponível especialmente nas teias da rede mundial de computadores, em vários sítios diferentes. Resultado: essa pesquisa transformou-se, a partir da leitura e análise desse acervo, na constituição de uma gênese da *propriedade* nas terras do Butantã, envolvendo sesmeiros, posseiros, grileiros e loteadores urbanos. Foi, portanto, uma tentativa de localizar o instituto mesmo da propriedade, partindo de suas determinações presentes, resgatando suas condições pretéritas e retornando a essa concretude contemporânea, aquela do Butantã constituído como a “bola da vez” das grandes estratégias político-econômicas do Estado e dos promotores imobiliários. Outro produto de minha pesquisa de doutorado: considerações a respeito da política e do político, e seu constante *desnível* em relação ao econômico. A esse respeito, muita literatura marxista de boa qualidade aponta o movimento contemporâneo de *colonização* do político e da política pela dimensão do econômico. Desse modo, busco decifrar, em minha tese, essa colonização a partir das próprias

contradições próprias dessa relação e desse embate, vinculadas às *contradições* próprias do espaço.

E eis que, em certo momento da vida, meses após ter defendido minha tese de doutorado, surge a oportunidade de lecionar em uma universidade pública, desta vez fora de minha cidade e estado de origem. Estou no estado do Rio de Janeiro, em uma cidade chamada Seropédica, sobre a qual já detinha certo conhecimento, tanto pela observação de cartografias diversas quanto por ter trafegado pela Rodovia Presidente Dutra até a capital fluminense, em outras oportunidades. Enfim, essa presente situação comporta muitas possibilidades, advindas do próprio vivido: a migração, o processo de adaptação, a mudança em geral. No entanto, certas preocupações permanecem, e se adequam ao novo momento, a esse novo contexto: o fenômeno urbano, desta vez em sua manifestação propriamente fluminense (ou carioca), especificamente na assim chamada e conhecida *Baixada Fluminense*.

Movido por essa preocupação e também por esses questionamentos, senti-me instigado a participar do “Seminário da Rede de Estudos Contemporâneos sobre a Baixada Fluminense”, em sua primeira edição, realizado em novembro de 2014, nas dependências do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da UFRRJ. Sobre esse seminário, em especial, cabem alguns comentários, a partir de uma visão especificamente paulistana e ainda muito influenciada pela minha formação uspiana e pela minha trajetória pregressa. E, evidentemente, marcados pelo desconhecimento em relação a essas realidades e suas tramas e implicações.

Em primeiro lugar, a simples possibilidade de reunir estudos e pesquisas desenvolvidos em universidades particulares e públicas existentes na região. Comparando de modo algo impreciso com a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)⁴, creio que essa

⁴ Essa imprecisão dos termos de comparação decorre de um fato objetivo: não existe uma coincidência imediata entre os limites político-administrativos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e a extensão territorial do que se convencionou denominar de Baixada Fluminense. Essa discussão, inclusive, permeou parte considerável dos trabalhos apresentados e os debates decorrentes no Seminário. Porém,

reunião, pelo menos no campo da Geografia, lograria provavelmente pouco êxito, já que na área metropolitana paulistana existem apenas *dois* cursos regulares de Geografia em instituições públicas: um na USP e outro no Instituto Federal de São Paulo (IFSP). Apesar da existência de outros cursos de Geografia em centros particulares de ensino, não me recordo e nunca tive conhecimento dessa profusão, em rede, de pesquisas a respeito de questões concernentes à RMSP. Destaco esse aspecto justamente para marcar a qualidade da presença do Estado em ambas regiões metropolitanas, e as efetivas condições de agrupamento dessas pesquisas.⁵

Em segundo lugar, algo que está vinculado à primeira consideração. Ao que parece, a “Grande São Paulo” ou RMSP são muito mais circunscrições político-administrativas do que propriamente algo vinculado à constituição de uma identidade local, associada a uma condição de pertencimento. Em relação à Baixada Fluminense, no entanto, a maior parte das apresentações do Seminário apontou que nessa região existiria, de fato, essa identidade e esse sentimento de pertencimento, e que forjariam, inclusive, modos complexos e muito móveis de regionalização e territorialização. Na RMSP, por exemplo, podemos citar a região do ABC paulista (ou ABCDM, se se deseja englobar os demais municípios na referida sigla⁶), a região do Alphaville, a região de Osasco, a região de Mogi das Cruzes etc., cada uma com seus pertencimentos e identidades

faço essa escolha em comparar a RMSP à Baixada Fluminense por considerar que, a despeito de serem duas realidades que não interpõem imediato termo de comparação, a Baixada ocupa notável extensão da própria RMRJ, tanto em termos territoriais quanto demográficos. Assim sendo, essa comparação trata-se de mero exercício metodológico, reconhecendo suas limitações, porém antevendo suas potencialidades.

⁵ É digno de nota, porém, a profusão de estudos e levantamentos sobre a Grande São Paulo, tomada em conjunto, por outros órgãos de pesquisa e formulação de políticas públicas, como a *Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano* (EMPLASA), vinculado ao Governo do Estado de São Paulo. Cumpre destacar, também, estudos clássicos sobre a totalidade dessa região, como o importante trabalho de Richard Langenbuch (1971), intitulado “A estruturação da Grande São Paulo”. Certamente, existe uma imensa profusão de estudos e trabalhos sobre os municípios e as localidades que compõem essa região metropolitana. No entanto, isso não retira o espanto e o desalento pelo fato dessa mesma região ser tão desservida de instituições de Ensino Superior Público, onde seja possível articular, com efeito, Ensino, Pesquisa e Extensão. Nesse sentido, esse é um grande mérito, certamente, da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e, mais especificamente, da Baixada Fluminense.

⁶ Refere-se aos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema e Mauá. Não aparecem na sigla, mas se inscrevem nessa regionalização, os municípios de Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

próprios, porém sem constituir, necessariamente, uma noção de conjunto nesse sentido.

Em terceiro lugar, e talvez isso tenha chamado mais minha atenção, a notória profusão de projetos e políticas públicas de desenvolvimento econômico e social na Baixada Fluminense. Provavelmente, pelas condições sociais e econômicas notadamente marcadas no imaginário e nas representações correntes (pobreza, violência, baixos indicadores sociais etc.), essas políticas e seus investimentos decorrentes apontam para uma necessidade de buscar novos sentidos e significados para o que representa, afinal, a contemporaneidade dessa região. E essa preocupação, ao que pareceu no teor das diferentes intervenções e exposições do Seminário, certamente afigura-se como central naqueles estudos apresentados e discussões levadas a termo.

Assim sendo, julgo que é possível estabelecer alguma contribuição a esse debate, a partir dos referenciais teórico-metodológicos apresentados no início deste texto, especialmente dos pressupostos da obra de Karl Marx e Henri Lefebvre. Ou seja, a partir da busca de uma *crítica à economia política do espaço*, como discernir as *estratégias* presentes e suas virtualidades decorrentes, no campo próprio da (re)produção do espaço? De que modo a *reprodução das relações de produção* se afigura e se concretiza nessa região, e (re)define sua inserção no campo de uma mundialidade? Qual a articulação possível entre *ordem próxima* e *ordem distante*, no campo das contradições *do* espaço? Como compreender o processo de *valorização* do espaço, no campo das múltiplas dimensões próprias a esse espaço, seja a articulação entre o *vivido*, o *percebido* e o *concebido*, seja a partir das suas *opacidades* e *transparências*? Quais as tensões e os rebatimentos entre a dimensão do *econômico* e a do *político*, transfigurando uma *economia política*, aquela que se digna, conforme apontado no início do texto, a repartir e administrar a *penúria*? E, mais uma vez, se tratamos de *penúria*, de que modo podemos compreender a produção e a reprodução dessa miséria, transfigurada em uma *raridade* do espaço? Como se articulam, nesse campo, o processo de *homogeneização*, *hierarquização* e *fragmentação*, no âmbito da realização dessa *economia política do espaço*? Mais uma vez, quais as *virtualidades*

desse espaço? Como se afigura a efetivação das *equivalências* e seus múltiplos encadeamentos, seja no campo do político (Estado, instituições, movimentos sociais etc.) seja no campo do econômico (as estratégias, os investimentos em geral)?

Enfim, tratamos do fenômeno urbano, em sua efetividade presente e suas virtualidades, apontando a dimensão do *possível*, transfigurando-se a partir do *residual*. As múltiplas dimensões desse fenômeno, incluindo a *sociedade urbana* e o *mundo urbanizado*, implicam o reconhecimento e a problematização das tramas do cotidiano e da vida cotidiana, bem como a consideração a propósito de uma lógica: da *lógica formal* à *lógica dialética*. Todas essas considerações, assim, implicam necessariamente, mais uma vez, em uma *crítica à economia política do espaço*, comportando necessariamente a dimensão político-econômica própria desse espaço. Implica um resgate da filosofia, com vistas à sua própria realização, conforme legado de Karl Marx.⁷ Implica uma leitura e uma constante problematização a respeito da política e do político, para uma práxis que se projete, desde o início, para a superação do Estado e do modo estatista.⁸

⁷ “[VIII] Toda vida social é essencialmente *prática*. Todos os mistérios que conduzem ao misticismo encontram sua solução racional na práxis humana e na compreensão dessa práxis. [IX] O máximo alcançado pelo materialismo *contemplativo*, isto é, o materialismo que não concebe a sensibilidade como atividade prática, é a contemplação dos indivíduos isolados e da sociedade civil. [X] O ponto de vista do velho materialismo antigo é a sociedade “civil”. O ponto de vista do novo materialismo é a sociedade *humana*, ou a humanidade social. [XI] Os filósofos só *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; do que se trata é de *transformá-lo*.” Grifos do autor. MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**, 2001, pp. 102-103.

⁸ “Marx reconheceu a tênue diferença de sentido entre “conquistar o poder” e “derrubar o Estado” após a experiência da Comuna do Paris, e isso levou, em sua última década de vida, a assumir publicamente o erro do *Manifesto Comunista* em relação a esse ponto. Por que esse fato é usualmente negligenciado por considerável parte da literatura marxista? Por que ele não é utilizado como ponto de partida para a revisão de algumas interpretações já consolidadas? Por que ele jamais foi suficiente para despertar alguns comentaristas em relação à relevância do tema do desvanecimento do Estado e, assim, jogar nova luz sobre o significado da política em Marx? [...] Fora do Estado, os homens não separam mais a força social de si mesmos, sob a forma de uma força política. Por isso, lá não há mais o “poder político”, mas sim a força do homem enquanto ser que se constitui socialmente; essa força – cujo significado parece remeter ao conceito de *potentia* e não de *potestas*, o que justifica a mudança de “*politische Gewalt*” para “*politischen Kraft*” – só pode vir a ser uma força política quando implica a afirmação da força do homem como força social. É essa unidade entre o homem e o social que o político – e não a política – expressa.” POGREBINSCHI, Thamy. **O enigma do político...**, 2009, p. 32.

Certamente, esse projeto inclui, também, a contribuição fundamental da Internacional Situacionista, na figura de Guy Debord, Raoul Vaneigem e tantos outros autores e expoentes desse grupo ou dessa corrente, tão influente nos acontecimentos de Maio de 1968 na França.⁹ Para além de uma crítica banalizada a respeito da “Sociedade do Espetáculo”, os trabalhos desse grupo apontam para uma crítica radical ao mundo da mercadoria. Nesse sentido, seguem a mesma cepa de Karl Marx e, em muitos aspectos, de Henri Lefebvre.

E, por último, não menos importante, urge uma leitura constante e sistemática da própria obra de Karl Marx. Seja do Marx “filósofo”, aquele da “juventude”, seja do Marx “político”, dos trinta anos até sua morte, seja do Marx “economista”, paralelo, grosso modo, ao período elencado anteriormente. Não se trata, conforme aceção de Lefebvre, simplesmente de uma “corrente” filosófica ou, menos ainda, de um “estilo” de vida. Não se trata, portanto, de mero estetismo. Muito menos, de um *dogma* ou um *axioma*, fechado em si mesmo, constituindo um sistema pretensamente uno e coerente. Não se encerra tampouco em classificações arbitrárias e pouco afeitas à profundidade e a amplitude de seu pensamento, de seu método. Para Lefebvre, “[...] o marxismo é hoje reconhecido por seus adversários mais encarniçados como *uma concepção de mundo*”, dentre as outras duas concepções elencadas pelo autor francês, que seria a *cristã* e a *individual* (2009, pp. 11-14). Desse modo, certamente vale a pena visitar o “velho barbudo” alemão, sobretudo diante das tensões e contradições do mundo contemporâneo. Com certeza, o pensamento de Marx (ainda) não foi superado.

Para encerrar este texto e servir, provavelmente como inspiração para o convite feito nos parágrafos anteriores, recorro a uma fala do Prof. José Cláudio Souza Alves, logo

⁹ Nesse sentido, é vasta a bibliografia a respeito desse grupo e desses autores. Destaque-se, principalmente, os textos a seguir: DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. 1ª ed. 14ª reimpr. São Paulo: Contraponto, 2003; VANEIGEM, Raoul. **A Arte de Viver para as Novas Gerações**. São Paulo: Conrad, 2002. (Coleção Baderna); INTERNACIONAL SITUACIONISTA. **Situacionista: teoria e prática da revolução**. São Paulo: Conrad, 2003; e JAPPE, Anselm. **Guy Debord**, Lisboa: Antígona, 2008.

ao final dos trabalhos do Seminário sobre a Baixada. Sua exposição, versando sobre a temática da chamada “violência” na Baixada Fluminense, apontou dados e informações que certamente apontam, a meu ver, à pronta superação da noção de “violência urbana” como um fenômeno externo, extraordinário, digno de notas sensacionalistas na mídia ou de manifestações para o endurecimento da repressão via aparelhos de Estado. Ao mesmo tempo, desnudou o cinismo do tratamento a esse fenômeno como algo restrito exclusivamente aos pobres, oriundo das regiões “perigosas” e de parcelas segregadas da população em geral. A violência, pensando a partir das intervenções do professor, está em *toda parte*. Isso, porém, não é cinismo nem sensacionalismo: é o reconhecimento do crítico implicado a esse modo de vida e reprodução social a qual estamos submetidos. Como não buscar as “raízes” dessa violência no estabelecimento e profusão das múltiplas cadeias de equivalência próprias do mundo da mercadoria e da efetivação do modo de produção estatista¹⁰? Além disso, um momento de sua fala, que permaneceu escondido, mas que revela uma potência extraordinária: em certa altura, no ápice de inflamação de seu discurso, o professor lamenta que “essas ciências horrorosas” não dariam conta do nível de dilaceramento que essa violência (cotidiana, sistemática, opressiva) apontada em sua apresentação imprime na vida de todos, principalmente da população mais vulnerável às formas mais cruas dessa violência.

De que se tratam, então, essas “ciências horrorosas”? Certamente, essa é uma provocação que se estende à universidade, em sua relação incontestada com o “extra-

¹⁰ “A institucionalização de todas as atividades, habituais ou revolucionárias, assim se define o processo pelo qual o Estado completa essa realização: o *modo de produção estatista*. A hipótese aqui defendida, e que se confirma por análises cada vez mais próximas do concreto, é que o *Estado (político) encarregase da sociedade inteira, começando pelo crescimento econômico, por uma estratégia que converte em instituições todas as organizações e todas as atividades sociais. Esse Estado se comporta como centro de institucionalização e, ao mesmo tempo, como centro de decisões*. Ele só protege os organismos sociais sob a condição de coloca-los em tutela; ele só protege os membros de tal organização contra o arbítrio dos outros agentes subordinando-se o conjunto. Ele só arbitra os debates e litígios de seus componentes afirmando-se acima deles. Essa concentração e centralização do poder político (correspondente à concentração-centralização dos capitais, das unidades produtivas, da realidade urbana) não exemplificaria o ponto de vista essencial, o próprio lugar central, para compreender o Estado moderno? O que se chama de “nacionalização” e o que se denomina “socialização” se confundem sob a égide do Estado, na institucionalização generalizada. Assim caminha o Estado, assim procede sua marcha metódica e sistemática.” LEFEBVRE, Henri. *De l'État 3...*, 1977, pp. 212-213. Grifos e tradução nossa.

muros”, a realidade para além das salas de aula, laboratórios e departamentos: pensar e questionar, no mínimo, que conhecimento é esse que produzimos. A *que* ou a *quem* servem tais conhecimentos? Partindo do pressuposto da não-neutralidade dessas “ciências” em geral,¹¹ é possível assumirmos determinadas posturas políticas, que se coadunam a determinadas visões ou perspectivas de mundo. Assim sendo, o chamamento que esse texto pretende fazer, a partir das experiências, impressões e leituras apontadas nos parágrafos anteriores é simplesmente um *convite* ao legado de Karl Marx e de Henri Lefebvre, ao que toca especificamente, em um primeiro momento, à composição de uma *crítica à economia política do espaço*. Fica registrado, portanto, esse chamado. Ao trabalho, então?

Referências

DAMIANI, Amélia Luísa. Espaço e Geografia: observações de método. Ensaio sobre Geografia Urbana a partir da metrópole de São Paulo. 2008. 414 p. Tese (Livre Docência em Geografia Urbana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GLEZER, Raquel. Chão de terra e outros escritos sobre São Paulo. São Paulo: Alameda, 2007.

LANGENBUCH, Juergen Richard. A estruturação da grande São Paulo. Estudo de geografia urbana. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1971.

LEFEBVRE, Henri. De l'État – 3. Le mode de production étatique. Paris : Union Générale d'Éditions, 1977.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e Política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008 [1973].

LEFEBVRE, Henri. Marxismo. Porto Alegre: L&PM, 2009 [1948].

¹¹ “Este livro toma a crise em curso como ponto de partida e passa gradualmente para “assuntos correlatos” com o objetivo de revelar suas contradições e consequências. [...] O que este livro oferece não é uma análise neutra, mas sim engajada e extremamente “parcial” – pois *a verdade é parcial*, só acessível quando se adota um dos lados, mas nem por isso menos universal. O lado que se adota aqui, claro, é o do comunismo. [...] A única maneira de compreender a verdadeira novidade do novo é analisar o mundo pela lente do que era “eterno” no velho. Se o comunismo é mesmo uma ideia “eterna”, então serve de “universalidade concreta” hegeliana: é eterna não no sentido de uma série de características universais e abstratas que podem ser aplicadas em toda parte, mas no sentido de que deve ser reinventada a cada nova situação histórica.” ZIZEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia...**, 2011, pp. 18-19. Grifos do autor.

MARX, Karl. Teses Sobre Feuerbach. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1845].

POGREBINSCHI, Thamy. O enigma do político: Marx contra a política moderna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SILVA, Marcio Rufino. A reprodução do urbano nas tramas da metrópole: Operação Urbana Consorciada Vila Sônia. 2013. 455 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SILVA, Marcio Rufino. Mares de prédios e mares de gente: território e urbanização crítica em Cidade Tiradentes. 2008. 253 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ZIZEK, Slavoj. Primeiro como tragédia, depois como farsa. São Paulo: Boitempo, 2011.